

A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM JOÃO PESSOA-PB

Revelino Cardoso dos Santos*
Áurea Carneiro**

RESUMO

A Presente Pesquisa explicita o trabalho das Organizações não Governamentais (ONGs) de João Pessoa, realizada no ano de 2006, tendo como foco central análise da atuação das ONGs nas políticas públicas direcionadas ao atendimento a crianças e adolescentes. A amostra se firma em 15 ONGs,. Para coleta de dados utilizamos a entrevista semi-estruturada, contendo indicadores que apontaram o perfil dessas Organizações, de seus recursos humanos. Essas Organizações estão voltadas para o crescimento integral de seus usuários. Concluímos que as ONGs atualmente estão presentes em distintas esferas da Sociedade e nas políticas públicas, onde a maioria delas desenvolve trabalhos significativos junto a crianças e adolescentes.

Palavras-Chave: Organizações Não Governamentais. Questão Social. Crianças e Adolescentes. Estado. Políticas Públicas

ABSTRACT

The Present Research portraies the work of the not governmental Organizations (ONGs) of João Pessoa, carried through in the year of 2006, having as central focus analyzes of the performance of the ONGs in the public politics directed to the attendance the children and adolescents. The sample if firm in 15 ONGs. For collection of data we use the half-structuralized interview, I contend pointers that point the profile of these organizations, of its human resources, among others. These Organizations are come back toward the integral growth of its users. We conclude that the ONGs currently is gifts in distinct spheres of the Society and the politics, where the majority of them develops significant works next to children and adolescents.

Words Keys: Not Governmental organizations. Social matter. Children and Adolescents. State. Public politics

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como propósito apresentar os resultados obtidos na pesquisa “A atuação das Organizações não Governamentais de João Pessoa que atua junto a Crianças e Adolescentes”. Essa pesquisa foi realizada como requisito para adquirir o título de especialista em políticas públicas e gestão social, na Universidade Federal da Paraíba, destacamos como objetivo central a participação das Organizações não governamentais (ONGs) inseridas no contexto das políticas públicas na prestação de serviços a crianças e adolescentes.

*Mestrando em Serviço Social – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Social – Universidade Federal da Paraíba. Economista – Universidade Estadual de Maringá – Paraná

** Orientadora da Pesquisa. DR^a. em Sociologia, Universidade Salamanta - Espanha.

A partir de registros dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Assistência Social, localizamos 50 ONGs prestadoras de serviços a crianças e adolescentes, das quais selecionamos 15 pelo critério da intencionalidade, e para coleta de dados utilizamos como instrumento entrevista com roteiro semi-estruturado, contendo indicadores como: a natureza das organizações (laica ou religiosa), o tipo de serviço prestado, o público alvo, a capacidade de atendimento, critérios para o atendimento, formas de captação de recursos, faixa etária das crianças, o nível de escolaridade, qual a metodologia utilizada para acompanhar a evolução das crianças e adolescentes, entre outros.

Na análise dos dados, empregamos a técnica de análise de conteúdo e tratamento estatístico através da construção de tabelas e gráficos, tendo por base dados qualitativo e quantitativo via fonte primária.

O interesse pela atuação das ONGs vêm crescendo em razão do aumento quantitativo e da crescente visibilidade que as mesmas têm alcançado, bem como do seu protagonismo. Estas organizações estão longe de criar um consenso quanto ao seu papel e sua importância, por isso elas ora são aceitas, ora são criticadas por distintos segmentos da sociedade. Em vista disso desenvolvemos a pesquisa esperando que os resultados dêem suporte ou subsídio, a outras pesquisas, bem com os projetos de intervenção social.

2 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Em âmbito mundial, a expressão ONG surgiu pela primeira vez na Carta da Organização das nações Unidas (ONU) no Conselho Econômico e Social (Ecosoc), na década de 40 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira do Estado para executar projetos sociais.

As ONGs abriga uma diversidade de iniciativas localizadas na esfera privada, mas que desenvolve ações de interesses públicos. Embora as instituições religiosas, caritativas, assistenciais e filantrópicas datem de muito antes dos anos 80, as modernas ONGs brasileiras surgem nos anos 80, e se expandem nos anos 90, por vários motivos, mas os principais foram a crise do Estado e a proliferação do pensamento neoliberal, cuja essência é a redução do Estado e a expansão do mercado.

Gohn (2000) destaca que os tipos de ONGs de acordo com sua esfera de atuação são: as filantrópicas, desenvolvimentistas, cidadãos e ambientalistas. As filantrópicas são as mais tradicionais e o número delas voltou a crescer no cenário urbano com ações dirigidas para crianças, adolescentes, mulheres, idosos e usuários de drogas, principalmente na década de 90, em face de campanha de estímulo de incentivos à

solidariedade da sociedade civil para assumir o desenvolvimento de ações e a prestação de serviços de caráter público, em parceria com o Estado.

O trato com crianças e adolescentes é uma das áreas privilegiadas de atuação destas Organizações filantrópicas, atualmente várias são as questões que envolvem de forma sistemática a infância, e a juventude brasileira na atualidade: o trabalho infantil, violência, droga, sexualidade, entre outros.

O trabalho infantil é um fenômeno de implicações socioeconômico no Brasil, cuja dimensão é bastante preocupante. Nos países mais desenvolvidos, esse tipo de trabalho é quase inexistente, porém, nos países emergentes, a presença do menor de idade no mercado de trabalho é uma distorção que vem chamando atenção da sociedade, do governo e de instituições privadas preocupadas com sua eliminação.

De acordo com Silva (2003) das regiões brasileiras, o nordeste é a área onde encontra o maior contingente de trabalhadores mirins. Esse fato pode ser explicado pela situação sócio-econômica em que vive a população dessa região. O desemprego dos adultos induz o trabalho dos pequenos, pois se torna necessário que estes complementem a renda familiar para assegurar a sobrevivência da família. Retira-se das crianças o direito de estudar, descansar, lazer, saúde, entre outros. Comprometendo e prejudicando o futuro dos trabalhadores adultos de amanhã, que chegarão desqualificados no mercado de trabalho, perpetuando o ciclo da pobreza e do emprego da mão de obra infantil nas atividades laborais.

Outro problema grave no nosso país é a questão do abuso sexual que de acordo com Ferguson apud Lira (2004) o Abuso Sexual tem sido uma tendência geral das civilizações modernas, fazendo com que nas últimas três décadas tenham sido incrementadas as pesquisas sobre a prevalência, correlação e conseqüências deste tipo de abuso na infância.

Essas práticas geralmente são impostas às crianças e adolescentes, através de violência física, ameaças, ou em alguns casos induzindo-as e convencendo-as. No abuso sexual, a criança é despertada para o sexo precocemente, de maneira deturpada, traumática, ficando com marcas para o resto da vida, podendo desenvolver comportamentos patológicos com aversão a parceiros do mesmo sexo do abusador e uma sexualidade descontrolada, entre outros.

Para Passeti (1995) O abuso sexual compreende uma série de situações como o voyeurismo, a manipulação da genitália, a pornografia, o exibicionismo, o assédio sexual, o estupro, o incesto e a prostituição infantil, dividindo-se em dois tipos básicos: abuso sexual sem contato físico e abuso sexual com contato físico.

Lira (2004) destaca que podemos perceber que a criança e o adolescente foram violentados sexualmente quando elas vêm apresentando os seguintes transtornos: conduta

agressiva e irritabilidade, choro fácil sem motivo, comportamento regressivo, comportamento autodestrutivo, desenho ou brincadeiras que sugerem violência, baixo nível de desempenho escolar, tentativa de suicídio, baixa auto estima, entre outros.

O adulto abusador é geralmente parente do mesmo sangue da criança ou adolescente: (pai, irmãos, avós, tios, etc.) ou parentes por afinidades: (padrasto, esposo da tia, etc.) ou são simplesmente responsáveis pelos mesmos: tutor, padrinho.

Não poderíamos deixar de mencionar outra questão que têm sido amplamente discutidos na atualidade, as drogas, não apenas por causa da onda de criminalidade promovida pelo tráfico em muitos lugares do mundo, mas pelo efeito mais devastador dela: a interferência na vida de famílias inteiras, que se vêem, de repente, envolvidas com a questão da dependência química.

A pobreza é a força motriz em muitos casos que levam as crianças e adolescentes a se viciarem em drogas e ter uma vida marginal. O Brasil se comprometeu, juntamente com os demais países-membros da Organização das Nações Unidas, com o cumprimento de oito Objetivos de desenvolvimento do milênio até o ano de 2015. Naquele momento, declararam-se empenhados em eliminar disparidades gravíssimas, que perpetuam a pobreza, a injustiça e iniquidade, e em assegurar à todos os brasileiros os benefícios de desenvolvimento. Mas o cuidado com a infância é a condição fundamental para o cumprimento desses objetivos. O mundo continuará sendo injusto e desigual, enquanto mais de um bilhão de crianças enfrentarem a pobreza extrema, a falta de oportunidades de educação e desenvolvimento, a exposição ao trabalho infantil e à exploração sexual, a privação de direitos básicos como saúde, alimentação, uma residência com água limpa e esgotamento sanitário.

De acordo com Buarque (2005) relata que milhões de crianças no mundo deixam de se beneficiar das políticas sociais e dos avanços do progresso. São crianças escondidas pelo manto da miséria, da exclusão e da discriminação, às quais são negados os direitos mais básicos.

Várias são as políticas implementadas via Estado para amenizar a problemática que envolve as crianças e adolescentes citada acima, mas é sabido que o Estado diretamente e sozinho, não consegue administrar as mazelas que a pobreza causa acerca das crianças e adolescentes. Em outras palavras, o Estado precisa de parceiros para reduzir as questões que acabam com sonhos e projetos das crianças e adolescentes, e atualmente as ONGs tem contribuído de maneira significativa nessa causa. Portanto, tendo por premissa a participação das ONGs nas políticas que envolvem a infância e adolescência é que fizemos um estudo de 15 ONGs em João Pessoa – PB que tem como público alvo as crianças e adolescentes.

3 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A ATENÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM JOÃO PESSOA

Esta seção tem como objetivo descrever de maneira sintetizada os resultados e análise dos dados que foram obtidos na pesquisa

Com relação à natureza das 15 ONGs pesquisadas, 26,7% são de caráter religioso e 73,3% são laicas. Quanto a data de fundação, a mais antiga surge na década de 50; na sequência identificamos 6,5% das entidades criadas na década de 60; 6,5% na década de 70. Já nos anos 80 foram criadas 34%, enquanto que nos anos 90 foram criadas 40% e nos de 2000, 6,5%. A décadas de 80 e 90 foi o período que surgiram o maior números de ONGs, e alguns fatores contribuíram para isto, o principal foi a crise econômica dos anos 80 que reduziu o crescimento econômico de vários países, inclusive o do Brasil. Isto contribuiu para o acirramento das idéias neoliberais, cuja essência é a redução do Estado, e a expansão do mercado nos setores rentáveis e o crescimento das ONGs no trato da questão social.

Vários são os serviços prestados pelas ONGs pesquisadas, que podem ser sintetizados em: moradia à crianças e adolescentes, aulas de música, pré-escola, reforço escolar, teatro, dança, esporte, bordados, cursos de línguas, cursos profissionalizantes, oficinas de cidadania, computação, gênero-sexualidade, assessoria jurídica, atendimento psicológico, cesta básica, ajuda de custo e orientação na gravidez.

As dificuldades encontradas pelas ONGs selecionadas são diversas para prestarem seus serviços, dentre delas destacamos: o envolvimento da sociedade, precariedade das políticas públicas para atender demandas crescente, falta de voluntários, competição entre as ONGs, mas o principal de todas é a falta de recurso, isto é consenso entre as Organizações. Todas buscam a captação de recursos através de campanhas, convênios, projetos sociais, doações, parcerias e vendas de produtos.

Em relação a faixa etária das crianças e adolescentes atendidas pelas ONGs 6,7% atem crianças do ventre da mãe até seis anos de idade, enquanto 93,3% atendem crianças/adolescentes de dois até 21 anos de idade. As formas de ingressos das crianças e adolescentes nas organizações são as mais diversas sendo as principais: encaminhadas por outras instituições, vindas do Conselho da criança, morar de preferência na comunidade local e estar matriculados e freqüentando a escola, exceto duas ONGs que atendem crianças portadoras de HIV, e as portadoras de câncer, ambas relatam que o organismo das crianças não permitem um desenvolvimento normal de aprendizado. O nível de escolaridade dessas crianças/adolescentes compreende da pré-escola ao ensino médio.

Em relação ao Estatuto da Criança e Adolescente segundo os gestores entrevistados dizem não conhecer na essência o Estatuto, mas até onde conhecem relatam

que o mesmo não é cumprido, embora seja referência para trabalhar com crianças e adolescentes. E normalmente utilizam o mesmo para proteger o menor de complicações com a polícia.

Todo o universo das ONGs pesquisadas buscam de alguma forma ter contato com os familiares das crianças atendidas pela Organização, porque acreditam que a família é a referência da transformação do ser humano, e a estrutura de toda criança. E uma vez que esta estrutura é abalada, a criança é a principal prejudicada. Nas entrevistas constatamos praticamente duas formas que as ONGs utilizam para acompanhar a evolução das crianças/adolescentes, que são visitas as famílias e acompanhamento escolar.

As pessoas que exercem algum cargo nessas organizações são em sua maioria mão de obras qualificadas, e são compostos por: estudantes universitários, advogados, pedagogos, assistentes sociais, médicos, psicólogos, jornalistas, enfermeiros, pessoas sem formação, entre outros. A média da remuneração desses profissionais é de dois salários mínimos. Portanto, é possível relatar que o capital humano das ONGs pesquisadas são mau pagos, embora sejam qualificado.

Das 689 pessoas que trabalham nas ONGs pesquisadas, 490 exercem trabalho voluntário isso significa 71% do quadro de profissionais. Esses dados vêm confirmar aquilo que apontamos como uma das características das organizações não governamentais tidas como organizações voluntárias, embora esse tipo de trabalho voluntário pode ser entendido por alguns especialistas do tema como uma situação que contribui para a precarização do trabalho, o que não se constitui objeto de nossas preocupações.

4 CONCLUSÃO

A condução do sistema econômico no capitalismo é realizada, não apenas pelo mercado, mas também pelo Estado: o primeiro coordena a economia através de trocas, o segundo, através de transferência para os setores que o mercado não logra remunerar adequadamente de acordo com o julgamento político da sociedade. Assim, quando há uma crise sistêmica, sua origem deverá ser encontrada, no mercado, ou no Estado. A depressão dos anos 30 decorreu do mau funcionamento do mercado, a grande crise dos anos 80, do colapso do Estado Social.

O ponto de inflexão do crescimento do Terceiro Setor, das ONGs no Brasil ocorre nos anos 80 e 90, devido as falhas do Estado e do mercado na provisão dos serviços sociais implícitos na obtenção do bem estar

Em relação às ONGs de João Pessoa que fizeram parte da pesquisa, 86% dos gestores entrevistados afirmam que as ONGs que eles representam são cidadãs, porque

reivindicam os direitos e cidadania das crianças e adolescentes, acreditando que podem mudar a realidade, embora reconheçam, que algumas de suas ações são assistencialistas também, devido a conjuntura local e global. Enquanto, 14% relatam que são de caráter assistencial, abordaram que até tentam ser ONGs cidadãs, mas a realidade econômica é tão complicada, a conjuntura não as deixa evoluir e nem transformar realidades locais, simplesmente podem executar tarefas assistencialistas que hoje são de grande importância, tendo em vista as necessidades que ainda são básicas das crianças e adolescentes.

As ONGs que fizeram parte da amostra buscam a promoção do bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes, objetivam crescimento integral para seus usuários visto que seus serviços envolvem moradias, aulas de música, pré-escola, teatro, dança, esporte, bordados, cursos de línguas, cursos profissionalizantes, oficinas de cidadania, computação, gênero-sexualidade, assessoria jurídica, atendimento psicológico, pinturas, cantiga de rodas, passeios ecológicos, cesta básica, passagens, ajuda de custo e orientação na gravidez de jovens e adultos. Esses serviços têm um cunho social que refletem no curto, e no longo prazo na vida dessas pessoas em mudanças significativas.

Identificamos também que um dos objetivos dessas organizações é tirar os meninos das ruas, principalmente nos horários em que não estão em aula. E assim contribuir com o Estado na redução da criminalidade, prostituição, consumo de drogas e fazer dessas crianças e adolescentes pessoas inseridas no meio social.

As ONGs atualmente assumem o papel de parceiras nas políticas públicas, a maioria delas desenvolvem trabalhos significativos para a sociedade, no entanto considero que o foco principal destas organizações deveria estar voltado, também para pressionar os governos a assumirem as políticas sociais. Não podemos deixar que estas Organizações tenham a missão de cuidar dos pobres e o governo fique com a tarefa de dar respaldo aos bancos, lucro das multinacionais e pagamento de mensalões. Portanto, as ONGs devem buscar independência financeira, ter posicionamento firme frente aos governantes para combater a visão errônea de que as entidades sociais devem “substituir” o Governo quando este for omissivo.

REFERÊNCIAS

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

BUARQUE, Cristovam. **Uso de drogas é maior em crianças de ruas sem vínculo com a família**. Disponível em <http://www.cristovam.com.br> Acesso em 25/03/2006

LIRA, Isabela Toscano. **Abuso sexual doméstico: pais que violentam seus filhos**. 2004 Monografia (Graduação em Serviço Social) UFPB – João Pessoa PB

SILVA, Mabel Nóbrega Rique Dias. **Trabalho e infância: o caso do nordeste nos anos noventa**. 2003. 95 f monografia (ciências econômica) – UFPB – João Pessoa PB

PASSETI, Edson (org). **Violentados: crianças, adolescentes e justiça**. São Paulo: Imaginário, 1995.